

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS SINDICAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DOS SINDICATOS BRASILEIROS

Frederico Bruno Barbosa Tomaz¹

Resumo:

Esse artigo propõe uma reflexão sobre o processo histórico da construção e das estruturas dos sindicatos brasileiros a partir de uma revisão bibliográfica. Abordamos a construção do conceito de sindicato e como esse conceito se desenvolveu em diversos períodos da História do Brasil, por exemplo, desde a primeira república até os primeiros anos do governo Lula. Nesse sentido, buscamos observar as relações que se estabelecem entre trabalhadores, sindicatos e Estado, desvelando seus conflitos e conciliações.

1. Introdução.

As Classes estão em luta. No que pese a insistência dos historiadores da pós-modernidade em negá-las, sua presença é palpável a cada greve que desestabiliza o ordinário diário. E se há luta, há organização, há aprendizagem e há história. O presente trabalho tem por objeto uma dessas estruturas fruto da célebre história da luta de classes, os sindicatos.

Iremos utilizar como metodologia uma abordagem crítica de autores que trabalham com o tema sindicatos, especialmente, no Brasil. Iniciamos apresentando uma definição de sindicato e, a partir disso, veremos como a historiografia tratou deste conceito no Brasil.

O trabalho em questão, é parte de uma pesquisa que ainda está em andamento sobre o papel do ensino de História na formação da consciência de classe. Como parte da pesquisa, iniciaremos o debate sobre o que seriam e como se construíram os sindicatos no Brasil.

2. Buscando uma definição do que seria sindicato.

Os sindicatos tem sido tema de estudo desde seu surgimento ainda em meados do século XIX na Inglaterra. Uma das primeiras obras a pensar o papel dos sindicatos foi a “*Situação da Classe Operária Inglesa no século XIX*” de F. Engels que nos trás em sua obra uma gênese das primeiras associações, suas organizações, práticas e limitações. Engels (2008) afirma que uma das principais armas da burguesia contra a Classe Trabalhadora seria a concorrência dentro da própria classe. Segundo o autor, a concorrência seria uma característica da sociedade capitalista moderna presente não só entre os burgueses e suas mercadorias mas dentro da própria classe trabalhadora. “a concorrência é a expressão mais

¹Professor de História na Rede Estadual de Ensino Básico do Estado do Ceará, Mestrando em Ensino de História na Universidade Regional do Cariri pelo programa de de Mestrado Profissional em ensino de História (PROFHISTÓRIA) fredbbtomaz@gmail.com

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



completa da luta de todos contra todos que governa a moderna sociedade civil”(ENGELS, 2008, p.45). Ainda sobre esse tema ele afirma mais adiante:

Mas essa competição dos trabalhadores entre eles mesmos é o pior lado do atual estado de coisas para o operário, a arma mais afiada contra o proletariado nas mãos da burguesia. Daí o esforço dos trabalhadores de anular esta competição por associações, daí o ódio da burguesia para com essas associações, e seu triunfo a cada derrota sucede a eles (ENGELS, 2008 p.45).

Na passagem anterior, Engels não só considerava a concorrência como uma arma da burguesia para dividir os trabalhadores, como as primeiras associações serviam de mecanismos para anular essa competição.

Na obra, a competição individual entre os trabalhadores é apontada como uma das causas dos baixos salários pagos aos operários ingleses no início da industrialização, pois com a concorrência individual entre os trabalhadores a compra da força de trabalho estaria sujeita às leis da oferta e da procura, ou seja as leis do mercado. Dessa forma, em um ambiente onde houvesse uma demanda muito grande de trabalhadores disponíveis, a concorrência entre eles poderia ser usada para rebaixar seus salários. Seriam as associações para Engels o mecanismo pela qual essa concorrência seria superada.

Mais adiante, Engels comenta o crescimento das associações após elas terem sido permitidas pelo parlamento inglês em 1824 dessas primeiras associações:

Quando de outro lado, os trabalhadores receberam em 1824 o direito à livre associação, estas muito claramente se espalharam por toda Inglaterra e obtiveram grande poder. Em todas as seções da indústria sindicatos foram formados com intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a negligência da burguesia. Seus fins eram negociar, en masse, como força, com os empregadores; regular a taxa de salário segundo o lucro dos últimos, elevá-la quando se oferecia oportunidade, e mante-la uniforme em cada ofício por todo país. (ENGELS, 2008 p.55).

Podemos retirar dessa citação uma definição para Engels do que seria o papel dessas primeiras associações, estritamente econômico e dedicado a luta pelo aumento dos salários que acompanhasse o aumento dos lucros.

As leis que determinam os salários, de fato, se imporiam novamente a longo prazo, se os operários não fossem além do passo de abolir a concorrência entre eles. Mas eles devem ir além, a menos que estejam preparados para retroceder de novo e permitir reaparecer a concorrência entre eles. Assim, uma vez avançando, a necessidade os obriga a ir além; abolir não apenas um tipo de competição, mas a própria competição, o que eles farão (ENGELS, 2008, p. 59).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



De uma leitura de um autor mais contemporâneo, extraímos uma conclusão semelhante sobre o sindicatos. Segundo Ricardo Antunes(2003), o sindicato não é uma categoria isolada do tempo e cujo sua existência só é possível como resultado da luta de classes: “É nesse momento que surgem os sindicatos; esses nasceram dos esforços da classe operária na luta contra o despotismo e dominação do Capital” (ANTUNES, 2003, p.12).

Apesar de ter acordo com o caráter histórico dos sindicatos e deles como resultado da luta de classes, acredito que o autor comete um erro de caráter metodológico:

“A atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe operária. Mas além disso, os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Deve ser considerado como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política.” (ANTUNES, 2003, p.12)

Ao atribuir ao sindicato o papel de representante total dos interesses dos trabalhadores, ignorando as próprias disputas internas e a possibilidade de cooptação pelo capital deste, ou seja tirando o sindicato do processo histórico que ele próprio colocou, Antunes iguala a ação dos sindicatos a ação dos próprios trabalhadores. esses dois sujeitos muitas vezes se misturam durante a leitura de sua obra, de modo que parece impossível compreender uma ação dos trabalhadores sem que essa se dê por fora dos sindicatos, nem tão pouco que os sindicatos, em determinados momentos históricos, possam agir contra os interesses dos trabalhadores. acreditamos que Antunes confunde não intencionalmente elementos estruturais (as classes) com elementos superestruturais (sindicatos).

E aqui encontramos a questão da necessidade de definição do que seria um sindicato. Como vimos anteriormente, Engels deixa claro o que ele não é, mas nos falta algo que diga o que ele é. Fomos então recorrer a Mattos onde ele diferencia os sindicatos das associações de ajuda mútua comuns nos primeiros anos da república “a diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e o governo”(MATTOS, 2009, p.47). Assim, existe uma concordância entre Mattos, Engels e Antunes que o sindicato não seria um instrumento por si só de superação do capitalismo, mas um representante dos interesses dos trabalhadores, resultado das próprias contradições da luta de classes.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



3. A construção da estrutura sindical brasileira.

Definido o conceito de sindicato enquanto projeto, é importante dizer que ele por si não responde ao como portam os sindicatos na atualidade. O próprio Mattos nos trás os diversos tipos de sindicatos divididos de acordo com seus projetos para o sindicato:

Mas não existiam apenas lideranças sindicais com horizontes de transformação social na República Velha. Havia espaço também para o florescimento de um grupo (bastante diferenciado entre si) que defendia a colaboração com o patronato e o Estado, como forma de alcançar os objetivos de classe dos trabalhadores. Seus adversários os chamavam de “amarelos”. Sob essa denominação cabiam os sindicalistas que afirmavam “não extremados” e “práticos, não sonhadores”, em oposição aos anarquistas. Cabiam também os católicos, que pregavam “como calma e prudência a solidariedade de classe” (MATTOS, 2009, p.52).

Logo, podemos ver que já na república velha o conceito de sindicato como representante dos interesses dos trabalhadores estava em disputa com aqueles que defendiam um sindicato mais aliado aos interesses patronais e do Estado.

Essa disputa entre o sindicalismo independente e o sindicalismo de conciliação tem sua expressão maior durante a Era Vargas. Nesse período, o Estado Brasileiro adquire uma nova estratégia em relação ao movimento operário, como nos diz Bandeira “Vargas, cujo a ditadura refletia uma estratégia de compromisso, atrelou o proletariado urbano à fração da burguesia vinculada ao mercado interno, mediante legislação social” (BANDEIRA, 1977, p.15). Ou seja, os direitos sociais iam para além de melhores condições de vida para os trabalhadores, era o elo que os unia aos interesses da burguesia e do Estado.

Mattos também apresenta essa questão de maneira mais detalhada, dando enfoque em um aspecto importante que é a resistência dos sindicalistas a esse processo de cooptação:

Mas os trabalhadores organizados não pareciam estar dispostos - a não ser no caso dos que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato - a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais, controlados pelo MITIC. Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo Ministério para angariar adesões “voluntárias” ao sindicato oficial foi vincular a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à representação de classe oficial, deixando assim que as lideranças mais combativas sofressem a pressão para a busca do reconhecimento do ministério por parte de sua bases, ansiosas por usufruir da legislação (MATTOS, 2009, p.64).

Apesar da estratégia de usar os direitos sociais como moeda de troca, o fato de parte considerável dos sindicatos não estarem dispostos a abrir mão da independência e aderirem ao sindicalismo oficial fez com que o Estado mantivesse a estratégia da repressão aliada a

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



cooptação, como afirma Mattos mais adiante: “Foi preciso que a partir de 1935, as lideranças combativas fossem aniquiladas pela violenta repressão, para que o conformismo dos pelegos se instalasse” (MATTOS, 2009 p.73). Contudo, segundo o mesmo autor, tal processo, por mais bem sucedido que tenha sido, não foi o suficiente para acalmar em definitivo o movimento sindical brasileiro.

Além disso, o sucesso político subsequente de Vargas não correspondeu a uma aceitação passiva da proposta de subordinação sindical, podendo significar, nos anos seguintes, uma opção política que não excluiria a mobilização sindical e, em certos momentos, o enfrentamento com os patrões e com o Estado. Naquela época, porém, a repressão da ditadura foi determinante para o controle dos sindicatos, mas não o suficiente para calar completamente a capacidade de resistência dos trabalhadores (MATTOS, 2009 p.75-76).

4. As resistências pós-vargas.

Os anos entre a Era Vargas e a Ditadura Civil-Militar são de profunda agitação social e grevista. Mattos afirma categoricamente, tendo por base o crescimento do número de greves, visibilidade dos sindicatos junto à opinião pública participação dos mesmos em pautas políticas entre outros exemplos. Contudo, a estrutura sindical Varguista continuava vigorando, tendo o ministério do trabalho um controle maior ou menor com decorrer do tempo (MATTOS,2009). Desse modo, cabia aos trabalhadores buscar outras alternativas de organização:

A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento do nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explica-se, em grande parte, pelo surgimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como comissões sindicais por empresa) intersindicais (como os pactos e as comissões regionais), ou de cúpula (como a CGT), que expressavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940 (MATTOS,2009, p.96).

O Golpe Militar de 64 teve um efeito devastador para as lideranças sindicais. A incapacidade de organizar uma resistência foi salientada pelo próprio Goulart: “Os sindicatos que contavam com ação militar defensiva, viram frustradas suas esperanças e seus líderes desorientados, não tiveram condição para uma rápida organização”(BANDEIRA, 1977 p. 182). Segundo Rossi, o Sindicalismo mais combativo dos anos 50 e 60 foram desmantelados e a estrutura sindical que fortalece a burocracia não só foi mantida, como fortalecida através de novas intervenções e políticas (ROSSI,2009).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Mesmo nessa situação adversa, ainda resistiam formas de resistência por parte dos trabalhadores, nem que fosse necessário que se dessem por fora dos Sindicatos:

Mas nem só de adesismo vivia o movimento. Se as greves por categoria e a chegada de grupos políticos de esquerda era impossível dado o alcance da repressão, os ativistas mais combativos não desistiram do trabalho de organização dos trabalhadores nas empresas. desse trabalho e das situações de superexploração vivenciadas na carne pelos trabalhadores que produziam o “milagre econômico”, resultaram diversos movimentos grevistas por empresas, de pequena duração e com motivações em geral ligadas a atrasos de pagamentos ou acidentes nas plantas industriais [...] (MATTOS,2009, p. 113).

Além do apresentado no trecho acima, as ações de resistência durante a ditadura militar se davam contra o Estado e a patronal, mas muitas vezes também tinham que enfrentar as diretorias dos sindicatos oficiais. É nesse momento que começam ganhar importância as oposições sindicais e seu papel contrário aos “pelegos”:

Mas com o tempo, ainda durante a ditadura militar, várias iniciativas dos trabalhadores mobilizados se desenvolvem, combinando a ação clandestina nas empresas e ação pública nas assembleias sindicais. Tais atividades vão criando um autêntico movimento de combate à estrutura sindical, que se espalha progressivamente por muitas cidades industriais. Desse movimento vão surgindo as oposições sindicais que combatem, simultaneamente, o peleguismo, a estrutura sindical e a ditadura militar (ROSSI,2009, p.50).

5. O Novo Sindicalismo

Contudo, somente no fim da década de 70, retornam os ciclos de greves e mobilizações de grandes proporções. Em um movimento que ficou conhecido como Novo Sindicalismo, os sindicatos retornam ao protagonismos que tiveram nas décadas anteriores. A crise do Milagre Brasileiro e a política de Arrocho Salarial acabariam levando pouco a pouco o retorno das lutas sindicais (MATTOS,2009). Importante dizer que tanto Rossi quanto Mattos concordam que o retorno do movimento grevista teve iniciativa não das direções sindicais, mas das pressões de base e das ações das oposições: “Na Scania, como demais empresas, a forma e desenrolar das greves sugerem um alto grau de espontaneidade” (MATTOS 2009, p 118 e 119).

O retorno às lutas sindicais tiveram como uma de suas consequências a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, que trazia em sua proposta tanto o acúmulo das lutas das oposições sindicais com a representatividade dos sindicatos do movimento do

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



novo sindicalismo (MATTOS, 2009). Contudo, essa convivência entre os dois grupos tinham como ponto de atrito exatamente a relação com a estrutura sindical como podemos ver abaixo:

Para fundar a central reuniram-se os dirigentes sindicais que afirmaram “autênticos” e o grupo das oposições sindicais. Entre esses dois polos existiam diferenças principalmente quanto ao grau de compromisso ou rejeição à estrutura sindical oficial. Porém, prevaleceu as afinidades ainda mais porque a CUT não unificou, em seu surgimento, o conjunto do movimento[...] (MATTOS 2009 p.123).

Mais uma vez em Mattos, percebemos que o Novo Sindicalismo que deu origem à CUT trás no seu surgimento uma crítica à estrutura sindical vigente, divergindo em seu interior qual a intensidade dessa crítica, contudo, a constituinte de 1988 acabou servindo para derrotar esse projeto:

A redemocratização do país, com a aprovação da Constituinte de 1988 e as eleições presidenciais de 1989, encerra, em certo sentido a “era” do sdo novo sindicalismo brasileiro (...) Porém, a manutenção da unicidade sindical, do monopólio de representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho indicou que o programa do novo sindicalismo não se concretizou completamente na legislação, pois a estrutura oficial com a herança corporativista, continuou pesando[...] (MATTOS, 2009, p. 125).

De fato, a literatura estudada nos apresenta que o movimento sindical independente encontra na estrutura sindical um empecilho para seu desenvolvimento, mas não um obstáculo absoluto, tendo em vista que pudemos observar até o momento que mesmo diante dele houveram alternativas que buscassem superá-lo.

6. A crise do novo sindicalismo

Da mesma forma, encontramos referências sobre a CUT da década de 90 do século XX que nos diz que, durante esse período, a central se aproximava de uma noção do chamado “sindicalismo cidadão”, onde o sindicato perde seu papel de confronto ao Estado e passa a disputar espaços dentro deste para “democratizá-lo” (TEONES, 2013). As concepções teóricas que nortearam a direção majoritária da CUT nos anos 90 não tinham como referência a luta de classes, mas a noção de conciliação de classes:

[...] A discussão de propostas com outros setores - e não classes - faz parte da tática para se alcançar a “cidadania para todos”? Mesmo não estando explícito, me parece uma leitura de Gramsci enviesada - ou maniqueísta - fazia como que esses sindicalistas lessem, no pensador italiano, aliança e consenso e acreditassem que isso significaria extrapolar os marcos de classe dos explorados (TEONES, 2013 p.78 e 79).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Essa virada em direção a uma concepção de conciliação de classes não se deu de forma tranquila dentro da central. Diversos setores criticavam, por exemplo, cita-se a corrente interna a central Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) que “buscava criticar a política do ‘sindicalismo cidadão’, defendida pela maioria dirigente cutista, enfatizando o que era uma política de se opunha ao referencial da luta de classes” (TEONES,2013 p. 82).

Essa defesa da conciliação de classes levou não só a adaptação à estrutura sindical oficial, como que o sindicalismo cutista aumentasse sua relação com estado, em especial após as vitórias do Partido dos Trabalhadores (PT) nas prefeituras e governos estaduais:

Podemos citar, inicialmente, como característica desse processo a relação desse sindicalismo com a estrutura sindical brasileira; sua proximidade com os governos que sucederam o regime militar, embora diferenciada; e a mudança de postura a partir da conquista pelo Partido dos Trabalhadores - partido com o qual o novo sindicalismo teve uma relação simbiótica desde a fundação, 1980- de várias prefeituras no país, nas eleições municipais de 1988 e na possibilidade iminente da vitória da candidatura presidencial de Lula em 1989 (TEONES, 2013 p. 85 e 86).

Apesar da frustração do projeto da eleição do Lula em 1989, o projeto eleitoral continuou sendo o projeto hegemônico dos movimentos sociais brasileiros até sua realização em 2002 como aponta Guimarães Júnior:

A vitória da candidatura do Lula, ocorreu após uma construção popular cotidiana no decorrer dos últimos 20 últimos anos do século XX, que envolveu setores organizados da sociedade civil (sindicatos, movimentos populares do campo e da cidade, e o movimento estudantil) que contribuíram na construção hegemônica do projeto político do PT nos diversos espaços da sociedade, e que tinham como um dos objetivos táticos e estratégicos o alcance da vitória no processo eleitoral para presidência da república (GUIMARÃES JÚNIOR, 2016, p. 86)

O Período do PT, em especial os anos governados por Lula, marcam um salto qualitativo na relação entre movimento sindical e Estado. A passagem abaixo mostra exemplos de como isso ocorreu:

Inúmeros dirigentes sindicais, que protagonizaram várias greves nos 20 anos anteriores à vitória do PT nas urnas em 2002, receberam convites para ocupar cargos administrativos no governo recém eleito, de modo que em 2004, cerca de 300 dirigentes sindicais já ocupavam cargos no governo federal, com remuneração média no valor de R\$ 7 mil. Além disso, Luiz Marinho, que foi presidente da CUT em 2003, assumiu primeiramente o Ministério do Trabalho em 2005 e, em 2007, assume o cargo de Ministro da Previdência Social; o ex-sindicalista da Força Sindical, Luiz Antônio Medeiros assumiu em 2007 o cargo de Secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho (GUIMARÃES JÚNIOR, 2016, p 86).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Para deixar mais nítido a afirmação acima, o autor coloca as conclusões do seus estudos sobre a CUT:

Entende-se que após a consolidação do “sindicalismo-cidadão” no espaço majoritário do interior da CUT, bem como a aproximação realizada entre a Central e o Estado no decorrer da década de 1990 com o recebimento de verbas oriundas do FAT; a CUT aprofundou o seu atrelamento após a eleição do Governo Lula, afetando estruturalmente a sua autonomia perante o Governo Federal (GUIMARÃES JÚNIOR, 2016, p 86. Aspas do autor).

Diante esse processo acelerado de adaptação ao interesses do Estado por parte da CUT, houve um processo de ruptura de setores que reivindicavam um retorno ao sindicalismo independentes com essa central, formando a época a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS):

Diante da nova conjuntura que o movimento sindical se depara após a eleição do governo Lula, setores minoritários do movimento sindical iniciam o debate sobre o rompimento político com a CUT no decorrer do segundo semestre de 2003, e conclamam os setores da classe trabalhadora organizadas no interior CUT a participarem desse debate com o objetivo de construir um novo instrumento de luta e de organização para as trabalhadoras e os trabalhadores. A primeira iniciativa ocorreu em 2004, quando a corrente Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), orientada pela política do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), chamou a construção da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), sendo essa fundada em maio de 2006 (GUIMARÃES JÚNIOR, 2016, p 93).

Após a fundação da CONLUTAS, uma série de outras correntes irão romper com a CUT, criando mais uma vez uma polarização de forças no cenário sindical brasileiro, porém, não nos deteremos nesse aspecto neste artigo.

7. Considerações Finais

Diante o exposto, verificamos que o movimento sindical e a estrutura sindical são frutos dos conflitos dentro da luta de classes e, como tal, viveram momentos de avanços e retrocessos. Também podemos observar que a disputa pelo sentido dos sindicatos, se seriam independentes ou atrelados ao Estado, não cessou em nenhum momento.

Algumas reflexões podemos inferir disso: Primeiro, nem sempre os sindicatos representam os interesses da classe, podendo em determinado momento se postar contrários a esses. Segundo, observamos que quando os sindicato cede às pressões do Estado e age contra a classe, os trabalhadores buscam caminhos para organização independentes dos sindicatos.

Por fim, em tempos atuais em que há reestruturação produtiva, restrição do trabalho formal e uma adaptação maior dos sindicatos ao Estado, assistiremos a um novo processo de reorganização da classe trabalhadora?

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicato?** 18ª edição revisada e atualizada, Editora Brasiliense, São Paulo-SP, 2003
- BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. In: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os Sindicatos.** São Paulo: Sundermman, 2008.
- GUIMARÃES JUNIOR, M. C. P. de **O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital.** 309p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18081/1/SurgimentoCoordenacaoNacional.pdf> Acesso em: 23 set 2017.
- MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ROSSI, W. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- TEONES, F. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução.** São Paulo: Cortez, 2013.